



REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA CULTURAL NO BRASIL*

■ PAUL CLAVAL - UNIVERSITÉ DE PARIS-SORBONNE

RESUMO

O ARTIGO DE PAUL CLAVAL REFLETE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA CULTURAL NO BRASIL. OS ESTUDOS ABRANGEM A DÉCADA DE 1930, QUANDO A GEOGRAFIA É INSTITUCIONALIZADA NO PAÍS, E 1980, QUANDO É NEGLIGENCIADA, DE FORMA GERAL, A DIMENSÃO CULTURAL NO ESPAÇO. NA ÚLTIMA DÉCADA, É NOTÓRIO O CRESCIMENTO DO INTERESSE PELA GEOGRAFIA CULTURAL.

A HETEROGENEIDADE CULTURAL BRASILEIRA É UMA INSPIRAÇÃO PARA OS GEÓGRAFOS CULTURAIS. PAUL CLAVAL SUGERE ALGUNS TEMAS PARA OS GEÓGRAFOS BRASILEIROS: A – CULTURAS PASSADAS E PROBLEMAS DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.; B – O CORPO E OS SENTIDOS COMO ELEMENTOS GEOGRÁFICOS; C – CULTURAS E OS MODOS DE COMUNICAÇÃO MODERNA; D – CULTURAS E GLOBALIZAÇÃO.

PALAVRAS-CHAVES: GEOGRAFIA, GEOGRAFIA CULTURAL, CULTURA.

É difícil, para o estrangeiro que sou, propor uma visão global da geografia cultural que se escreve no Brasil: tenho apenas um conhecimento imperfeito dos trabalhos que os colegas brasileiros dedicaram ao seu país. No entanto, resolvi aceitar o desafio que me foi colocado por Zeny Rosendahl. Reli as obras que conhecia sobre o Brasil e as descobri de novo. Tentei então avaliar o que os trabalhos geográficos já haviam revelado sobre a realidade cultural do Brasil e imaginar os caminhos – mas também os perigos – que certamente a pesquisa tomaria no futuro.

Na geografia brasileira de ontem a abordagem cultural não ocupava uma posição central, mas continha elementos preciosos para a compreensão da natureza e da distribuição espacial dos fatos de cul-

tura no Brasil. A primeira parte do texto trata dessa contribuição.

Para os geógrafos brasileiros de hoje, o problema é tirar partido daquilo que a geografia humana e as outras ciências sociais já ensinaram e integrar em suas preocupações as novas orientações que a reflexão teórica adotou no que diz respeito às relações da cultura com o espaço: a perspectiva comunicacional, o estudo dos sistemas de representação, das mentalidades e das ideologias, a análise moderna da noção de ambiente. Os geógrafos brasileiros devem também responder às preocupações da sociedade brasileira. Por todo o mundo a época está marcada pelo rápido avanço da globalização; ela se faz presente também no Brasil, pela generalização da urbanização e pela persistência de formas de ex-

ploração de recursos muitas vezes brutais. A abor-
dagem cultural não deve fugir desses problemas. Eles
são abordados na segunda parte do texto.

1 - A DIMENSÃO CULTURAL DOS ESTUDOS

CONSAGRADOS À GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL ATÉ
OS ANOS 1990 _____

A geografia cultural, como corrente de pesquisa
específica, desenvolveu-se no Brasil somente após
o início dos anos 90. Mas as preocupações culturais
estão presentes na maioria dos estudos publicados
desde que a geografia tornou-se no Brasil uma dis-
ciplina universitária, nos anos 30. Parece-me ser
possível distinguir quatro tipos de orientação na
abundante produção que os geógrafos brasileiros e
estrangeiros dedicaram ao país:

- 1 - A descoberta da diversidade regional do país,
da multiplicidade de suas tradições étnicas e
do significado de seus múltiplos gêneros de
vida.
- 2 - A análise do Brasil como elemento periférico
do capitalismo mundial, encarregado de pro-
duzir matérias-primas e gêneros alimentícios
para os industriais e consumidores dos países
do centro.
- 3 - O tema da modernização do Brasil, sua di-
mensão política, as transformações que ela
desencadeou (urbanização, industrialização,
criação de um mercado nacional), mas tam-
bém os seus limites e seus defeitos (pauperi-
zação e exclusão de uma parte das populações
rurais e urbanas, danos ao meio ambiente).
- 4 - Uma reflexão sobre a unidade do Brasil, liga-
da à tropicalidade ou vista como síntese da-
quilo que o país recebeu dos portugueses, dos
índios e dos africanos.

Desenvolvi meu trabalho sobre as obras, não
sobre seus autores: os geógrafos muitas vezes con-
tribuíram de diversas maneiras para a análise do Bra-
sil. Entre o final de 1930 e 1960, o tema da diferen-
ciação regional foi o mais fecundo. A visão do Bra-
sil como peça periférica do capitalismo mundial
impôs-se no início de 1950 e continuou sendo estu-
dada até os anos 80. O lugar destinado ao tema da
modernização tende, no entanto, a dominar a par-
tir de 1960. As reflexões sobre a unidade brasileira
não são monopólio dos geógrafos: os primeiros tra-
balhos significativos nesta área datam dos anos 1930.
Os geógrafos contribuem para este tema de mane-
ira irregular. Sua presença torna-se mais forte com a
multiplicação das pesquisas históricas, a partir do
final dos anos 1980.

Nenhuma dessas quatro correntes baseia-se na
cultura, mas cada uma delas traz uma contribuição
que não pode ser desprezada para o conhecimento
das realidades culturais do Brasil.

2 - A DESCOBERTA DA DIVERSIDADE REGIONAL _____

Na Alemanha, nos Estados Unidos e na França,
a geografia da primeira metade de nosso século in-
teressa-se particularmente pela diversidade regional
da Terra. Este tema está no centro das preocupa-
ções dos geógrafos europeus ou americanos que se
interessam pela América Latina, e especialmente
pelo Brasil, a partir dos anos vinte: Pierre Denis
(Denis, 1927), Francis Ruellan, Preston James (Ja-
mes, 1942) e, em certa medida, Pierre Monbeig
(Monbeig, 1952; 1980) e Leo Waibel (Waibel, 1950).
Foram estes geógrafos que introduziram a disciplina
no Brasil e formaram a primeira geração de pesquisa-
dores. Assim, os trabalhos universitários a eles de-
vidos inscrevem-se naturalmente nessa ótica.

A diversidade brasileira reflete, num primeiro momento, a multiplicidade dos ambientes naturais, floresta amazônica, mata atlântica, caatinga, cerrado, pantanal, pampa, etc., e as peripécias de uma história já longa e complexa. Isto evidentemente não contribui em nada para o conhecimento da geografia cultural do Brasil.

Mas a colonização põe em movimento povos que fazem do país um cenário onde se encontram as mais diversas tradições étnicas: a) a das populações indígenas, hoje reduzidas a contingentes mínimos, mas cuja diversidade é espantosa, embora os grupos de língua tupi-guarani dominassem no momento da chegada dos europeus; b) a das populações trazidas ao Brasil pela escravidão; c) e as oriundas do colonizador português. A isto se acrescenta a contribuição dos grupos que imigraram após a Independência, obtida em 1822: alemães, poloneses, italianos, judeus da Europa central ou oriental, sírios-libaneses, etc. A marca indígena é mais sensível na Amazônia, no interior do Nordeste e no litoral do Maranhão; a parte africana é mais forte na zona açucareira do Nordeste, sobretudo na Bahia. O povoamento de estirpe portuguesa é relativamente mais importante no sertão ou em Minas Gerais. A preponderância das populações de origem européia recente explica, em boa parte, a originalidade do Sul e, em menor escala, do Sudeste.

A diversidade reflete, igualmente, a adaptação das populações a ambientes muito variados. Vê-se isto quando estudamos os modos de vida dos indígenas. Ela aparece também entre os colonos, aqueles que desenvolveram a criação de animais no ambiente semi-árido do sertão ou aqueles que a praticaram nos espaços mais favoráveis do Sul ou do Oeste. A busca da borracha fez surgir o persona-

gem do seringueiro. Podemos igualmente considerar as grandes explorações açucareiras do Brasil colonial ou as fazendas de café do fim do século XIX como focos complexos de gêneros de vida.

As publicações brasileiras ou estrangeiras dos anos 1930 ou 1940 dão grande espaço a essas considerações. Certos autores, como Pierre Denis, insistem igualmente no papel de todos aqueles que exploram estabelecimentos dispersos por imensas áreas e atestam a vitalidade precoce da economia comercial.

As monografias locais, que os geógrafos franceses Pierre Monbeig, Francis Ruellan e, em menor escala, Pierre Deffontaines, publicaram entre 1935 e 1945, dedicam-se de bom grado a áreas relativamente isoladas e de grande originalidade. O litoral, que a navegação de cabotagem progressivamente abandonou desde o início da navegação a vapor, é assim um verdadeiro museu de identidades étnicas e de gêneros de vida preservados (Monbeig, 1949; Papy, 1952).

Na maioria dos trabalhos que adotam essa ótica, a cultura aparece como uma variável essencial, mas exterior à sociedade; ela imprime traços que se impõem por razões físicas (através dos gêneros de vida) ou pela transmissão de traços herdados do comportamento (as tradições próprias de cada um dos componentes étnicos da população).

3 - CAPITALISMO PERIFÉRICO, CICLOS DE EXPLORAÇÃO E CULTURA

A segunda grande família de interpretações propostas para esclarecer a organização do espaço brasileiro insiste no lugar ocupado pelo país, desde sua descoberta por Álvares Cabral, no dispositivo do capitalismo mundial: o Brasil imediatamente se in-

tegrou a ele; sua função, como a de todas as outras áreas valorizadas pela colonização européia, é fornecer ao núcleo central do sistema econômico global (a Europa até o século XIX, depois os Estados Unidos e finalmente o Japão) metais preciosos, matérias-primas industriais e gêneros alimentícios tropicais cuja demanda não cessa de crescer nas zonas onde os níveis de vida se elevam.

Gilberto Freyre foi o primeiro a servir-se desse tipo de interpretação. Em *Casa Grande e Senzala* ele mostra como todo o esforço pioneiro está ligado à demanda européia pelo açúcar (Freyre, 1933). Os portugueses estavam habituados a este tipo de produção, que praticavam na Ilha da Madeira, nas ilhas do Cabo Verde e sobretudo em São Tomé. Desde 1560 o Brasil apareceu como um espaço de sonho: sua fachada atlântica oferece numerosos bons portos, facilmente acessíveis, na proximidade dos quais é possível a cultura da cana (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Vicente). O clima e os solos da mata atlântica convêm a essa planta. A revolta dos escravos de São Tomé, em 1570, reforça os atrativos do Brasil. O que falta, infelizmente, é a mão-de-obra. A taxa de mortalidade dos índios transformados em escravos é muito elevada, pois trata-se de populações fulminadas pelo choque microbiano e virótico que acompanha as primeiras viagens de exploração. Os negros despachados da África são mais resistentes.

À produção de açúcar acrescenta-se progressivamente a valorização de outros recursos: o ouro e as pedras preciosas, no século XVIII, o que determina a mudança do centro de gravidade da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, e provoca o povoamento dos futuros estados de Minas Gerais e Goiás. No século XIX, o café enriquece os arredores

do Rio, antes de fazer a fortuna de São Paulo. A partir de 1930, a prosperidade da zona cafeeira foi ameaçada: isto deveu-se à superprodução, mas também ao esgotamento dos solos e à frequência subestimada da geada, que devasta seguidamente as plantações imprudentemente desenvolvidas no Sudoeste do Estado de São Paulo e no Paraná.

Ao lado dos ciclos maiores do açúcar, do ouro e do café, é preciso levar em conta os episódios menores: a borracha da Amazônia no início de nosso século, o algodão do Ceará na época da Guerra da Secessão, os produtos derivados da criação no Sul, etc.

O tema do Brasil como elemento periférico do capitalismo mundial impõe-se aos geógrafos no final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Ele domina durante vinte anos boa parte da produção geográfica brasileira e trabalhos desenvolvidos por estrangeiros sobre o país (por exemplo: Monbeig, 1980; Le Lannou, 1955).

Neste tipo de interpretação, a valorização do Brasil resulta de uma demanda externa e depende de decisões nas quais cabe aos brasileiros apenas uma parte modesta. A imagem do país é a de um mosaico de zonas cuja orientação econômica, ritmo de produção e lucros são comandados pelo mercado mundial. O Brasil carece de unidade. Ele não tem existência própria.

Isto significa que ele não tem nenhuma especificidade cultural? Não. Gilberto Freyre foi o primeiro a ressaltar: Do século XVI ao século XVIII havia outras colônias européias, como as Antilhas espanholas, francesas, britânicas e holandesas, por exemplo, que se baseavam na economia açucareira. Nelas, como no Brasil, a produção era assegurada por uma mão-de-obra servil, de origem essencialmente africana. Mas as *plantations* brasileiras não são exa-

tamente iguais às suas irmãs antilhanas. Naquelas a mestiçagem é muito mais freqüente, no início entre portugueses e índios, depois entre colonos e escravos negros (Freyre, 1933). Gilberto Freyre salienta que é devido a essa mistura íntima que a colonização portuguesa deve sua adaptação ao mundo tropical (Freyre, 1961) – o que não aconteceu nas áreas ocupadas pelos franceses ou ingleses.

O capitalismo periférico brasileiro não se assemelha aos outros devido a especificidades culturais que o caracterizam. O traço pertinente, no caso do ciclo do açúcar, a saber, a propensão à mestiçagem biológica e cultural, foi ressaltado por Gilberto Freyre como um traço permanente do comportamento português. Ele gera ao mesmo tempo novas combinações culturais, as das populações mestiças que dominam doravante as zonas colonizadas.

A interpretação geográfica do Brasil em termos de capitalismo periférico abre, portanto, espaço aos dados culturais. Ela assinala, também, como no conjunto do país as atitudes foram modeladas pelas condições particulares da atividade econômica: a remuneração da empresa não era diretamente proporcional aos esforços desenvolvidos. Os lucros variavam com a conjuntura internacional. É jogando, é especulando que se tem chances de enriquecer. Em um país cuja história se confunde tão profundamente com a do capitalismo periférico, é normal que o gosto pelo jogo e a busca de lucros fáceis e imediatos prevaleçam sobre o trabalho paciente e os investimentos cuja rentabilidade só é alcançada depois de um certo tempo.

4 - O TEMA DA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL _____

Alguns trabalhos continuam a apresentar o Brasil como um exemplo do capitalismo periférico. Para

eles, a história dos ciclos continuaria: o último episódio seria constituído pela onda pioneira gaúcha, que permitiu, em menos de vinte anos, que o país se tornasse o segundo produtor e exportador mundial de soja (Haesbaert, 1997). As exportações do Brasil são ainda, em larga escala, produtos brutos, gêneros alimentícios como o café ou a soja, ou matérias-primas minerais como o minério de ferro ou a bauxita. Mas o país sofreu, nos últimos setenta anos, uma transformação profunda: ele aparece hoje como um espaço econômico integrado, ordenado em torno de uma área central, representada, no Sudeste, pelas metrópoles Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para São Paulo. Seus espaços periféricos participam de maneira variada da construção nacional: o Sul torna-se cada vez mais um anexo ou um prolongamento do espaço industrial do Sudeste. O Centro-Oeste fornece os produtos de sua pecuária e de suas propriedades agrícolas e participa cada vez mais da produção industrial. O Nordeste ainda não conseguiu apagar os traços de quatro séculos de monocultura açucareira, mas a diversificação já começou. As imensidões amazônicas valem hoje pelas riquezas minerais que fornecem, particularmente na região de Carajás, pela madeira e pela produção das grandes propriedades que, em menos de uma geração, devastaram uma parte das margens meridionais da selva equatorial. Esta é uma região que ainda se caracteriza pelo capitalismo periférico. Aliás, é o tema da construção de uma economia nacional moderna que deve ser invocado se desejamos compreender o país.

Os bons observadores sentem, desde o início dos anos 1950, que o processo está em curso: é este o sentido da conclusão da tese de Pierre Monbeig, sensível à reconversão que os homens de negócios

paulistas estavam para efetuar e que transforma o país em produtor industrial e São Paulo em centro de impulsão e direção de toda a economia nacional. O tema da modernização ganha importância na produção geográfica brasileira dos anos 1950 e torna-se dominante por volta de 1970. Ele pode ser abordado a partir de muitas óticas.

1 - A modernização do Brasil não resulta apenas do jogo anônimo das forças do mercado. Ela apareceu precocemente como um objetivo central da ação política. O sucesso das idéias de Auguste Comte demonstra isto: desde o século XIX, são numerosos os brasileiros esclarecidos que bradam pela divisa "Ordem e progresso". A proclamação da República não opera a mutação desejada: a Primeira República não rompe de maneira decisiva com as orientações que dominavam na época imperial, salvo no que se refere à escravidão. A política continua a ser dominada por alguns estados, principalmente Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os governantes estão ligados aos grandes produtores de gêneros de exportação e defendem seus interesses: sua idéia não é a de construir um grande país moderno.

A situação muda nos anos 1930. A opinião esclarecida não compreende por que um país onde a terra e as riquezas naturais são aparentemente tão abundantes quanto nos Estados Unidos não tenha se tornado um grande Estado moderno e industrial. Getúlio Vargas responde a esse tipo de expectativas. No universo gaúcho de sua juventude no Rio Grande do Sul, ele se embebera das convicções de Auguste Comte, misturadas com as influências vindas do krausismo uruguaio. O Estado Novo que pretende implantar deve criar um país unificado, oferecendo um grande mercado. Tal convicção dá,

necessariamente, um relevo particular à dimensão geográfica das políticas federais: coordenação das redes ferroviárias, construção de estradas ligando as diversas partes do país, desenvolvimento do transporte aéreo e das telecomunicações.

A dimensão geográfica das políticas de modernização torna-se ainda mais evidente nos anos 1950, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, quando se toma a decisão de transferir a capital para Brasília, dando assim uma dimensão mais continental ao país. O regime militar rompe com as regras democráticas, mas prossegue, em nome da doutrina da segurança nacional, com a política de modernização econômica e geográfica: é em seu nome que são promovidos a construção rodoviária, o povoamento e a valorização da Amazônia.

Os estudos geográficos sobre a modernização não podem ignorar a dimensão política das transformações e o papel da reflexão geopolítica sobre as mudanças em curso há três quartos de século (Machado, 1995). A organização do espaço reflete, em grande medida, a cultura partilhada pelas elites brasileiras desde o século passado: a fé no progresso técnico e no desenvolvimento ordenado. Somos remetidos à influência do comtismo no leque das ideologias e das crenças que preponderam no Brasil.

2 - A modernização do Brasil é marcada sobretudo pelas transformações da estrutura do povoamento e das atividades do país. É este enfoque que chama a atenção dos geógrafos brasileiros. A população rural ainda era bastante dominante há meio século. A urbanização galopante é o primeiro sinal das transformações em curso. O tema mobiliza a atenção dos geógrafos brasileiros desde o início dos anos 60: este é o momento em que começa o inte-

resse pelas redes urbanas, pelo seu papel na estruturação dos espaços locais, regionais ou nacionais, e pelos serviços necessários que prestam em uma sociedade onde a vida de relação ganha cada vez mais amplitude. Assim, os geógrafos brasileiros utilizam a teoria dos lugares centrais para melhor compreenderem as transformações pelas quais seu país está passando.

O Brasil de ontem era uma realidade política onde a vida econômica não estava integrada. Cada uma de suas partes achava-se mais ligada aos mercados internacionais que lhes davam vida do que às outras regiões do país. Isto se devia ao estado deplorável do sistema de comunicação: na costa, as relações eram possíveis graças à navegação de cabotagem; no interior, não. Como nos outros países que participam das formas modernas de desenvolvimento e de industrialização, a modernização coloca em prática atividades complementares e especializações regionais de um novo tipo (Santos, 1994): São Paulo produz uma parcela crescente dos produtos industriais que a população brasileira demanda e organiza os circuitos que abrem o mercado nacional às indústrias instaladas noutros lugares.

Os geógrafos brasileiros dedicam-se à criação do mercado nacional a partir do final dos anos 80. A inspiração para isto vem principalmente de Milton Santos. Alguns reconstituem as etapas da integração através da análise de um tipo de produção. É o que faz Margarethe Pimenta, quando se volta para o setor têxtil (Pimenta, 1994). Outros são sensíveis ao impacto das novas técnicas de comunicação sobre a organização nacional das relações econômicas: os bancos e as grandes empresas desenvolvem os meios mais modernos para tornar suas redes mais eficazes, suprimindo os escalões intermediários e

criando ligações diretas com suas filiais ou com os outros bancos. A estrutura da rede urbana nacional foi modificada, como demonstra Leila Dias (Dias, 1995; 1996).

A modernização não teria sido possível sem a intervenção do Estado, que desempenha evidentemente um papel chave, desenhando a rede das grandes ligações rodoviárias, ou precipitando a evolução das infra-estruturas de comunicação. Mas sua ação às vezes é mais direta: o país não dispunha de indústrias de base e de produção em setores inovadores. Foi às empresas nacionais, nos anos 50 ou 60, que se confiou a tarefa de desenvolver a produção de petróleo ou de criar uma siderurgia moderna. Um pouco mais tarde, foi também ao Estado que se deveu o desenvolvimento da produção nos setores da aeronáutica, do armamento e da informática (Théry, 1985).

Mesmo não escapando aos entraves específicos das empresas públicas, as firmas assim criadas são dinâmicas: isto devido à formação de seus quadros, seu devotamento ao interesse nacional e o senso agudo que eles têm de sua responsabilidade na marcha do país para o progresso: a influência do comitismo não se limita à esfera política.

A maioria dos estudos dedicados à modernização são, no entanto, descritivos: eles analisam a extensão das infra-estruturas de comunicação, a evolução das redes urbanas, o crescimento das cidades e seu espraiamento. Quando ultrapassam a simples constatação, apelam para teorias de inspiração econômica, que ignoram o peso da cultura.

Entretanto, do grupo de publicações que se multiplicam a partir de 1960, destaca-se uma imagem do conjunto do país: ela assinala as transformações rápidas e profundas de uma sociedade que, nos pri-

meios decênios do século XX, à exceção de elites pouco numerosas, estava muito próxima dos modelos tradicionais. Os comportamentos mudaram e se tornam cada vez mais racionais, cada vez mais próximos, no todo, do modelo norte-americano. A modernização econômica não é apenas o resultado de um nível mais elevado de investimentos. Ela é também a tradução de uma modificação de mentalidades que as novas condições de vida aceleram, mas que tem raízes mais profundas: a população aspira a níveis mais elevados de consumo, a uma higiene mais garantida, a um habitat mais confortável, a transportes mais fáceis.

3 - A modernização se desenvolve no Brasil em condições bem diferentes das encontradas na Europa ocidental, na América do Norte e no Japão. A sociedade brasileira era menos uniforme que as encontradas naquelas regiões. A distância entre os ricos e os pobres era maior. Uma boa parte da população rural, sobretudo no Nordeste, não tinha escolarização, o que tornava mais difícil sua adaptação às novas condições de produção. Em tais condições, não é de admirar que a modernização tenha passado por insucessos, imperfeições.

Os geógrafos se interessam especialmente por esses aspectos das transformações. Nas cidades onde o crescimento foi vertiginoso ao longo dos anos 1940 e 1950, os bairros imponentes de grandes imóveis contrastam com zonas onde se acumulam os recém-chegados que não conseguem integrar-se facilmente ao setor moderno (Borzacchiello *et al.*, 1997). As favelas, surgidas no Rio nos últimos anos do século XIX, se multiplicam. Não se pode ignorá-las: elas se instalam em quaisquer terrenos disponíveis, sobretudo se eles se localizam próximo ao centro, já que é ali que se acham as melhores chan-

ces de encontrar um emprego. Em Brasília, a aglomeração adquire imediatamente uma estrutura dual: a uma certa distância do "plano piloto" cuidadosamente preparado por Lúcio Costa instalam-se os bairros de alojamentos improvisados, ocupados pelas dezenas de milhares de operários chamados para construir a cidade.

Os estudos relativos às imperfeições do tecido urbano se multiplicam a partir dos anos 1950, no mesmo ritmo da modernização (Santos, 1971, 1975). Mas as transformações que caracterizam o campo também são dignas de nota (Diniz, 1984). Na maioria das grandes propriedades, a mecanização das tarefas torna inútil, durante a maior parte do ano, a presença de uma mão-de-obra numerosa. Assim, os proprietários expulsam os empregados de que não mais necessitam: os bóia-frias, esses trabalhadores agrícolas sem terra, são forçados a se instalar em cidades onde os caminhões das grandes fazendas os vêm procurar quando eles se fazem necessários. Nas regiões onde predominam as explorações familiares, os jovens procuram em vão sítios para se instalarem. Eles também vêm engrossar as fileiras de camponeses sem terra. Os geógrafos se interessam por eles, descrevem os movimentos que os estruturam e as estratégias de ocupação por eles desenvolvidas para forçar os poderes públicos a agir em seu favor.

Imperfeição ainda do sistema criado pela modernização é o gigantismo das maiores metrópoles (Borzacchiello *et al.*, 1997; Souza, 1994): o limiar de 15 milhões de habitantes foi transposto por São Paulo no decorrer dos anos 1990. Não se poderia, limitando as facilidades permitidas à especulação imobiliária e reduzindo as vantagens artificiais das quais se beneficiam por vezes as aglomerações mais

importantes, levar a uma repartição menos desigual da população?

Os enganos e as imperfeições da modernização fascinam os geógrafos e os conduzem muitas vezes a adotar uma atitude crítica com relação aos processos em andamento. Eles se põem a ouvir todos aqueles que são lesados pelas mudanças em curso. Eles descobrem o vigor das reações populares. A atenção dada aos movimentos sociais desenvolve-se a partir de 1980 (Ferreira dos Santos, 1981; Ferreira dos Santos *et al.*, 1985). Não é papel do pesquisador engajar-se em movimentos em favor daqueles que a marcha do progresso deixou à beira do caminho? Os problemas de marginalidade e de exclusão ocupam cada vez maior lugar nas pesquisas.

O aumento da insegurança é um tema menos freqüentemente abordado pelos geógrafos brasileiros, mas não é ignorado, como também sua ligação com a droga (Lopes de Souza, 1996). A cultura brasileira sempre foi mais violenta que outras, devido à tradição escravagista e às relações de força que ela implicava. Mas a urbanização é marcada, sobretudo a partir do início dos anos 1960, pela multiplicação de agressões contra os bens e contra as pessoas. A reação, para todos aqueles que dispõem dos meios para isso, é fugir dos espaços públicos e refugiar-se em locais protegidos: os fundamentos mesmos da sociabilidade são alterados (Souza, 1994). Percebe-se o nascimento de uma sociedade feita de justaposição de esferas privatizadas onde desaparece a experiência cidadã de uma comunidade de interesses.

O movimento de valorização dos recursos brutos é abordado sob um ângulo novo: os projetos de valorização e as grandes obras não são mais exaltados sem discernimento. Passou o tempo em que o

homem aparecia como uma criatura frágil frente a um ambiente muitas vezes ameaçador. A conquista da natureza perdeu a aura romântica que até então a cercava. Os pioneiros são doravante percebidos como indivíduos rapaces, que se recusam a compreender o funcionamento dos ecossistemas que eles destroem sem se darem conta do empobrecimento muitas vezes irremediável daí resultante. A abertura acelerada da Amazônia torna esses problemas particularmente graves (Becker, 1982). Os perigos e os erros da política oficial são indicados um por um. O engajamento se faz em favor das correntes de inspiração ecológica.

Através dessas orientações, que se tornaram dominantes no decorrer dos anos 80 e 90, são assinaladas as conseqüências sociais e culturais, muitas vezes encobertas, da modernização. O conjunto da população aspira por mais saúde, mais conforto, melhores condições de vida. A maioria das pessoas está consciente de que não se pode atingir isso senão através de mais educação. Mas o balanço das transformações recentes é em parte negativo: são numerosos aqueles que perderam muito ou tudo. Parece-lhes quimera a idéia de que poderão participar um dia do banquete para o qual a publicidade os convida. Eles não aceitam se reconhecerem nos valores que os homens de negócios ou os políticos geralmente adotam. Eles são atraídos por todas as formas de contracultura: aquelas que inspiram os movimentos críticos, a contestação, ou aquelas que levam os fiéis a trocar uma igreja católica muito distante pelas seitas que percebem como mais calorosas e onde eles encontram maior reconforto.

Os estudos sobre a modernização definitivamente esclarecem mais sobre a cultura brasileira atual do que seus autores possam pensar. Eles assinalam

que o processo foi precipitado pelo engajamento ativo de elites atraídas pela idéia de progresso; mostram a adoção, pela maioria da população, de atitudes mais racionais no que diz respeito ao consumo, o que facilita o crescimento; mas também põem em evidência a escalada de movimentos de contestação e a proliferação de formas de contracultura que a brutalidade das transformações desencadeia. Eles mostram que as transformações em curso podem colocar em questão os fundamentos mesmos da sociabilidade brasileira.

5 - UNIDADE DO BRASIL E CULTURA. O PAPEL DA TROPICALIDADE _____

As pesquisas sobre as estruturas regionais do Brasil e aquelas que percorrem os ciclos sucessivos de exploração de matérias-primas nesta periferia do capitalismo enfatizam a diversidade do país: como ele poderia ter unidade em um conjunto territorial de natureza tão diversa e onde a economia repousa sobre a valorização – sempre efêmera – de recursos específicos, cada um deles, de um meio ambiente particular?

Os estudos sobre a modernização têm uma inspiração diferente e mostram como, a partir dos anos 1930, criou-se um espaço econômico nacional graças à especialização das regiões, à multiplicação das trocas inter-regionais e à formação de uma região central; os circuitos econômicos se organizaram em torno dessa região, que se tornou o foco de impulsão do conjunto. Uma economia nacional forma um grande mercado, onde cada um se especializa na atividade em que é mais eficaz. Isto estimula a produção e proporciona rendas mais elevadas; todos se beneficiam de uma atividade econômica mais sustentada, pois tem-se acesso aos consumos mais

diversos, a um sistema de saúde mais operante e a melhores condições de formação. A diversidade das regiões não impede a coerência do conjunto: todas as regiões contribuem para a prosperidade global e são complementares.

Os estudos sobre a modernização insistem, portanto, na especialização de cada zona, mas ressaltam a unidade do país. Este, ao longo desse tempo, havia avançado muito no estabelecimento da rede de estradas que permitiram enfim a formação de um mercado nacional. Para compreender a extraordinária e precoce coesão de um espaço de dimensão continental, é preciso abordar outros registros e mudar de escala, passar da localidade ou da região para as realidades globais. Esta é uma orientação relativamente antiga da *intelligentsia* brasileira, mas que os geógrafos negligenciaram por longo tempo.

Os anos 30, que correspondem a uma importante reviravolta na história política do país, são igualmente marcados pelos primeiros esforços de reflexão sistemática sobre a unidade do Brasil. Os dois movimentos ocorrem juntos: o desejo que anima os políticos a criarem um país moderno é secundado pelos questionamentos dos intelectuais que procuram compreender porque o Brasil trilhou, na história, um itinerário diferente do percorrido pelos Estados Unidos.

Sérgio Buarque de Holanda publica, em 1936, *Raízes do Brasil*. Esta obra propõe uma temática nova que não cessou de ser retomada a partir de então. As raízes do Brasil são portuguesas: é para a sociedade portuguesa e para as atitudes que nela predominavam no final do século XV e no século XVI que é preciso se voltar para compreender o caráter da sociedade e da cultura brasileiras. Sérgio Buarque insiste nas dimensões psicológicas do proble-

ma: para ele existem dois tipos fundamentais de comportamentos: o do aventureiro e o do trabalhador. A especificidade do Brasil decorre do fato de ter sido colonizado por um país onde se encontravam mais aventureiros que trabalhadores, e povoado por colonos que eram aventureiros. É a partir daí que se entende, segundo ele, as especificidades dos campos e das cidades do país.

A idéia de que a originalidade brasileira está ligada à herança portuguesa é essencial nos trabalhos sobre a unidade do país, mas ela não é exclusiva. Desde 1933 Gilberto Freyre havia mostrado, em *Casa grande e senzala*, que não se podia compreender o Brasil sem levar em conta o papel desempenhado, desde a origem, pelos componentes indígenas e, sobretudo, africanos no povoamento (Freyre, 1933). Sérgio Buarque de Holanda não está em desacordo com Gilberto Freyre quanto a este ponto – e como poderia ser diferente, sendo os dois de Recife, sendo amigos, pertencendo ao mesmo meio intelectual e participando do mesmo empreendimento de reflexão sobre a identidade brasileira? Gilberto Freyre não consagra seu ensaio de 1940, *O mundo que o português criou*, aos aspectos das relações sociais e culturais entre o Brasil, Portugal e as colônias portuguesas (Freyre, 1940)?

Gilberto Freyre não trata explicitamente da unidade do Brasil, mas abre uma pista original ao assinalar o papel da tropicalidade. O que diferencia a colonização portuguesa de todas as outras é sua capacidade de valorizar diretamente os ambientes tropicais recorrendo sistematicamente à mestiçagem. Ele desenvolve esta idéia em seu trabalho sobre *O luso e o trópico*. O subtítulo explicita o conteúdo, pois a obra se interroga sobre os métodos utilizados pelos portugueses para integrar povos indígenas e cul-

turas não-européias em um novo complexo de civilização: o *Lusotropical* (Freyre, 1961).

Para muitos dos autores dos anos 1940 ou 1950, o Brasil deve sua especificidade e seu gênio à tropicalidade. Os viajantes e os colonos não cessaram de se extasiar frente a uma natureza magnífica e que parecia generosa. Sérgio Buarque de Holanda se refere a isso em 1958, quando publica *Visão do Paraíso* (Buarque de Holanda, 1958).

Os temas culturais introduzidos pelos grandes ensaístas brasileiros dos anos 30 não entram no terreno então palmilhado pelos geógrafos. Estes eram, sobretudo, naturalistas das paisagens e das formas de organização regional, em vez de especialistas do social. A reflexão sobre a tropicalidade os impele, no entanto, a participar do debate. O que eles ressaltam são as grandes limitações que o ambiente tropical, especialmente úmido, impõe à atividade humana. A tese de Monbeig é bastante significativa dessa orientação (Monbeig, 1952). Ela se liga, em um sentido, à corrente que concebe o Brasil como um espaço periférico do capitalismo, pois refere-se a um dos ciclos que o país conheceu: o do café. Ela é sensível à modernização que se esboça em torno de São Paulo, da cidade e do Estado, nos anos 1930 e 1940. Mas o trabalho comporta igualmente uma reflexão sobre o Brasil e a tropicalidade.

Os trópicos, em Gilberto Freyre, aparecem como difíceis de povoar e explorar: é isso que explica o fracasso de outros colonizadores europeus. Para dominá-los, é preciso seguir o exemplo dos povos que os conhecem bem. Os que se esforçam para isso aprendem a tirar partido das terras, da flora e da fauna, de maneira que o desenvolvimento se faz em condições favoráveis. Para Pierre Monbeig, o veredicto é diferente. As doenças tropicais cobram

um pesado tributo das populações e debilitam uma parte das que elas não chegam a aniquilar. Os solos se empobrecem rapidamente por não disporem de um complexo adsorvente que fixe os íons fertilizantes. As frentes pioneiras que varrem o Brasil diferem fundamentalmente daquelas que atravessaram a América do Norte: elas deixam atrás de si um campo que se esvazia rapidamente; as terras incorporadas à produção são logo abandonadas, pois não podem mais produzir em condições satisfatórias; os colonos partem dali em busca de novas terras.

A tropicalidade assim concebida introduz na interpretação do Brasil a idéia de um desafio permanente. Diferentemente das sociedades européias ou norte-americanas que dispõem de bases agrícolas sólidas, a sociedade brasileira deve, a cada geração, mudar sua base territorial, deslocando seu campo de ação. As terras não são suficientes para garantir àqueles que as possuem uma segurança e uma independência a longo prazo: o capital fundiário está nas mãos daqueles que o possuem; ele deve ser renovado. Só escapam dessa ameaça as grandes famílias que controlam superfícies tão vastas que o deslocamento da exploração que leva ao empobrecimento dos solos pode se efetuar no interior mesmo da propriedade. A maioria dos atores é condenada a renovar constantemente as bases territoriais de que dependem suas rendas. Isso implica em sólidas relações com os meios influentes: elas são indispensáveis para se obter concessões em boas condições. Para o sucesso econômico, as redes de auxílio mútuo contam tanto quanto a própria propriedade.

Pierre Monbeig assinala a fragilidade dos solos tropicais e seu rápido cansaço, mas sente que uma mudança está em curso. Ele observa, no estado de São Paulo, o sucesso da reconversão que permite

que as terras abandonadas pelo café sejam utilizadas para a produção de algodão, de açúcar, ou para a criação de gado.

Os geógrafos brasileiros talvez sejam menos pessimistas que Pierre Monbeig, que escreve no momento em que é maior o impacto da pequena obra de Pierre Gourou sobre *Les Pays Tropicaux* (Gourou, 1997). A idéia de que a natureza tropical é mais avara do que parece ao observador superficial é, por conseguinte, aceita: como explicar, sem ela, as dificuldades do desenvolvimento?

Após uma quinzena de anos, os geógrafos passam a se ocupar mais com a unidade brasileira. Entre os estrangeiros que escrevem sobre o país, Raymond Pébayle é um dos primeiros a romper com os modelos um pouco rígidos do Brasil como exemplo de capitalismo periférico, ou com a modernização concebida a partir do modelo clássico (Pébayle, 1989). O que ele procura desvelar são as constantes na construção do espaço brasileiro. O caminho que segue é clássico para um autor francês, pois ele parte do espaço agrícola antes de voltar-se para o mundo urbano. Ele evoca a grande *plantation* tradicional, o mundo dos roceiros, as grandes fazendas voltadas para a criação, os pobres vaqueiros do sertão e o cavaleiro gaúcho. A trama primária do povoamento é variada, em função mesmo da diversidade dos modos de exploração e dos gêneros de vida, mas a unidade ocorre pela maneira como os espaços rurais são integrados à vida geral. O enxerto não se dá através de uma comunidade política ou religiosa elementar, mas por intermédio dos comerciantes que operam seja em mercados periódicos, seja em uma venda rural, uma bodega, enquanto as densidades não justificam a criação de uma rede urbana.

Nesta interpretação do espaço brasileiro, a repetição de temas vizinhos na área da exploração agrícola e da organização comercial mostra como o país se construiu e aquilo que determina sua unidade. A cultura não é abordada, a não ser para assinalar o papel da economia na vida de todos.

Os trabalhos de geografia histórica e cultural de geógrafos brasileiros realmente começaram a aparecer depois de 1980, e a evolução se acelerou depois de alguns anos (Abreu, 1987). Os resultados já são promissores, pois eles dão à influência de Portugal um conteúdo mais concreto. A questão já não se resume a estilos de comportamento, como em Sérgio Buarque de Holanda, mas engloba o peso das instituições. Maurício Abreu aborda as origens do direito de sesmaria em Portugal e aquilo que o diferencia das formas habituais do censo feudal (Abreu, 1997). Pela ótica da Reconquista, o que importava era fixar os colonos: donde a concessão de terras sem pagamento em dinheiro mediante a condição única de que a tomada de posse se efetivasse em prazo bem curto. A repartição de terras se fez no Brasil segundo os mesmos princípios: lotes generosos, duas léguas por três, muitas vezes mais, são concedidos sem a exigência de qualquer pagamento e sem meios de controlar a ocupação efetiva do solo. Esta foi a origem da grande propriedade. Com a escravidão, quem é dono do solo o é igualmente da mão-de-obra: seu poder é absoluto. Nas ricas terras da mata do Nordeste, o empobrecimento dos solos é menos ameaçador que em outras regiões: uma aristocracia, repousando em bases sólidas de grandes propriedades e de numerosos escravos, ali se instala.

Zeny Rosendahl interessa-se pelas formas originais do catolicismo brasileiro (Rosendahl, 1997).

Em um país onde o número de paróquias e vicariatos sempre foi insuficiente, os fiéis foram levados a tomar mais iniciativas que em outros lugares. A criação e a gestão de novos santuários freqüentemente ficou a cargo de confrarias, o que explica o caráter popular das práticas. Em um mundo onde a autoridade é oficialmente monopolizada pela Coroa ou pela Igreja, e onde o poder está nas mãos de uma pequena minoria de grandes proprietários, o povo fica em situação de dependência, mas aproveita-se dos interstícios de um controle territorial exercido à distância para criar estruturas de auxílio mútuo, de iniciativa e de gestão.

Os quadros institucionais trazidos pela colonização combinaram-se com a capacidade de mestiçagem para dar à cultura brasileira seus traços próprios. Sente-se nela o peso das heranças lusitanas, africanas ou ameríndias, mas não se pode entender a maneira como estas se misturaram, modificaram e adaptaram se nos recusamos a levar em consideração o quadro institucional que elas ajudaram a formar.

6 - UM CONTEÚDO CULTURAL RICO E VARIADO _____

Os trabalhos que os geógrafos brasileiros, europeus ou americanos consagraram ao Brasil não enfocaram a cultura brasileira e a maneira como ela ajudou a determinar as distribuições que se observam no país; mas eles contribuíram com uma série de esclarecimentos sobre a sociedade brasileira que não convém negligenciar.

Os geógrafos brasileiros, desde muito cedo, foram sensíveis à complexidade das relações tecidas entre organização do espaço, técnicas de exploração ou de deslocamentos, práticas, saberes formalizados ou valores. Para alguns, a cultura aparecia como uma adaptação dos grupos humanos aos cons-

trangimentos impostos pelo ambiente natural. Para outros, ela é definida como uma herança e, portanto, como um fator que modela o sistema geográfico, mas sem depender dele: pensa-se aqui nas tradições étnicas veiculadas pelos povos que participaram da formação da nação brasileira. Em outros esquemas de interpretação, a cultura se apresenta como uma variável dependente: ela é um produto das condições sócio-econômicas. A situação instável dos espaços periféricos do capitalismo e a relação, muitas vezes imprevisível, entre o esforço e aquilo que o recompensa explicam, por exemplo, a generalização das atitudes especulativas. Nas interpretações mais sutis, a cultura aparecia como o resultado de um esforço de reestruturação e de reinterpretção permanentes de heranças múltiplas.

O quadro dos estudos sobre o Brasil e das perspectivas que eles abrem sobre a cultura brasileira é rico, mas sofre pela falta de sistematização e pela longa recusa dos geógrafos em se interrogarem sobre as representações, os valores e os sistemas de idéias.

O conhecimento da dimensão cultural da geografia brasileira trazido pelos estudos que se multiplicaram a partir do final dos anos 1930 é muito mais rico do que geralmente se crê. Podemos apresentá-lo esquematicamente assim:

O Brasil cobre mais de 8 milhões de km². As condições de circulação são difíceis, por quase todo o território, até o século XIX e mesmo no século XX. A formação de uma economia nacional registra-se somente nos anos 1930 e 1940. A heterogeneidade do povoamento é grande em função de seus componentes ameríndios, africanos e europeus, e da chegada recente de populações asiáticas. Mesmo tendo sido importante a contribuição portugue-

sa, ela não pode explicar a notável unidade da língua, das concepções de vida e de atitudes que se observa de um extremo ao outro do país.

Essa unidade é ainda mais notável por caracterizar ambientes variados, no seio dos quais germinaram formas de vida, mas também formas de empresas e de estilos de gestão adaptados às suas condições específicas. Isto não contribuiria para a diversidade, mais do que para a unidade?

A unidade resulta em parte da integração da maioria dos produtores a circuitos econômicos de grande dimensão: as trocas se desenvolvem entre as propriedades agrícolas e a Europa, mas também entre as regiões litorais e o interior, que fornece os animais de ordenha e os de carga, assim como a carne necessária.

A unidade brasileira resulta de uma construção histórica na qual não houve descontinuidade importante entre a ação do Portugal colonizador e as políticas desenvolvidas a partir da Independência, em consequência do acaso que levou a Coroa Portuguesa a buscar refúgio no Rio de Janeiro para fugir às tropas de Napoleão, e do nascimento, daí resultante, do império brasileiro. Foi no quadro institucional estabelecido pela metrópole que se forjaram os hábitos e que os modos de vida se formaram. Como em Portugal, a organização política e religiosa do Brasil é marcada por uma centralização muito forte da autoridade – durante todo o período colonial, todas as decisões tomadas em nome da Coroa são estudadas e recebem o aval de Lisboa – e por uma trama frouxa de instituições de controle, municípios muitas vezes enormes, igreja colocada, em decorrência do Padroado, sob o controle do Estado, e que não multiplica de maneira regular, como alhures, as circunscrições territoriais de base.

É deste contraste que nascem, ao mesmo tempo, o poder soberano dos proprietários rurais que controlam a terra e a mão-de-obra servil, no Nordeste, e o lugar que se abre em toda parte às redes que quebram o isolamento das famílias e permitem a cada um encontrar apoio nos outros.

A cultura brasileira é fruto de condições que por muito tempo deixaram prevalecer um quadro administrativo e religioso frouxo, que situou a maioria dos atores (à exceção dos grandes proprietários escravagistas, especialmente no Nordeste) em um ambiente incerto. As pessoas deviam apoiar-se seja em estruturas clientelistas, seja em sociedades de defesa mútua. O brasileiro sabe que não pode agir sozinho, que tem necessidade dos outros: é o homem cordial, que foi tão precisamente retratado por Sérgio Buarque de Holanda (Buarque de Holanda, 1936). Em um universo onde as condições sociais são instáveis, o devotamento aos próximos e aos amigos vale mais que a fidelidade aos princípios. Cada um sente-se livre para mudar as ideologias que professa, na medida em que nunca investiu totalmente nelas.

A unidade da cultura brasileira não deve fazer com que se esqueça a sua diversidade. Esta resulta da própria dimensão do país e da multiplicidade de seus ambientes. No Nordeste, é estreita a faixa litorânea onde a agricultura é bem sucedida: a mata e, em certa medida, o agreste. A partir daí estende-se o sertão, onde a aridez multiplica os riscos e reduz a maioria da população à pobreza ou à miséria. Esta parte do Brasil não tem o Oeste de grandes espaços onde se podem ensaiar novas formas de valorização e onde as hierarquias tendem a se anular.

O Sul está um pouco na mesma situação do Nordeste: a proximidade da fronteira com o Uru-

guai, a Argentina e o Paraguai priva esta região de um Oeste que dá lugar à primeira onda de colonização. Mas, como a ocupação foi no conjunto mais tardia, não levou a sociedade a se petrificar como ocorreu no Nordeste.

O Brasil central apresenta condições diferentes: deixar o litoral é mais difícil que em outras regiões, devido ao escarpamento da Serra do Mar, mas para além dela os espaços são infinitos. O Brasil moderno se forjou muito perto do litoral, mas em São Paulo ou em Minas Gerais. A sociedade dispôs aí de um Oeste que desempenhou um papel decisivo na formação das mentalidades, no desenvolvimento do espírito empreendedor e na construção das instituições. Portanto, não causa espanto ver germinar, desde os anos 1880, antes mesmo do fim do Império, a idéia da necessidade de mudança da capital para o interior: a verdade do Brasil está em sua massa continental e não em sua faixa litorânea (James, 1956).

Assim, cada região forjou quadros de valor, instituições e mitos diferentes. O Nordeste se perfilou em torno da casa grande e da senzala. O Brasil central, que também conheceu as grandes propriedades açucareiras na baixada fluminense ou em São Vicente, se reconhece mais no mito do bandeirante paulista ou do minerador de Minas ou de Goiás. O Sul há muito tempo se repartiu entre o estilo de vida aristocrática e ao mesmo tempo rude dos grandes criadores gaúchos e as pequenas democracias rurais das colônias alemãs, polonesas ou italianas.

Foi para mostrar que, para além desses contrastes, a unidade é real que os intelectuais dos anos 1930 assinalaram aquilo que permitia ao país triunfar sobre sua diversidade. Mas o movimento de transformação não parou. Curiosamente, foi no Sul, que

não tem o Oeste contíguo, que o mito do Oeste desempenhou o papel mais importante: no momento em que as grandes fazendas de gado e os agricultores de propriedades médias sentem que a terra começa a escassear, aparecem perspectivas novas de empreendimento, pela cultura mecanizada e pelas formas modernas de criação em boa parte do interior, especialmente nos cerrados. O Sul inventa para si uma identidade única – a do gaúcho – e os fazendeiros que dali vêm varrem todo o interior, do Sul ao Norte, do Mato Grosso aos confins da floresta amazônica (Haesbaert, 1997).

As mudanças essenciais estão, no entanto, ligadas à urbanização, à industrialização e à constituição de um espaço nacional. Desde o século XIX a sociedade brasileira se diferencia. Às velhas aristocracias de grandes proprietários se acrescentam elites urbanas de comerciantes, importadores e exportadores, industriais e membros de profissões liberais. Nas cidades que crescem cada vez mais depressa as imperfeições tradicionais do sistema político brasileiro são menos sensíveis que no campo, mas elas não desaparecem. É nelas que as pessoas mais sentem a necessidade de se agrupar, de ajudar-se mutuamente aderindo a um clube, ou de assegurar-se uma certa proteção no ambiente de uma escola de samba, por exemplo. A sociedade brasileira não perde sua unidade, mas ela se fragmenta. As ideologias e as religiões novas começam a proliferar. O candomblé, cuja existência foi mascarada durante longo tempo pelas formas populares do catolicismo por ele adotado, torna-se autônomo. O espiritismo e o kardecismo florescem. O comtismo não é apenas uma filosofia. É uma seita.

Existe, pois, uma matriz da sociedade brasileira, ligada ao afastamento do poder, à necessidade de

se organizar ou de se prevenir contra os acasos da vida e as incertezas da economia. Ela conduz à multiplicação de estruturas fechadas em si mesmas, que permitem aos grupos responder às inquietudes que lhes são próprias.

Poderíamos ir mais longe nesta reflexão sobre a dimensão cultural dos estudos geográficos publicados no Brasil, mas tenho a impressão de que já me aventurei bastante: falta-me a familiaridade com os comportamentos, as atitudes e as expectativas, sem a qual sempre corremos o risco de nos extraviarmos.

O terreno sobre o qual se aventura a geografia cultural brasileira não é, portanto, virgem. É preciso considerar o que foi realizado. Ao mesmo tempo, convém aproveitar as aberturas ligadas à transformação dos pontos de vista geográficos: não cabe mais hesitar em refletir sobre as representações. O objetivo da geografia se ampliou. Ele não busca mais apenas esclarecer sobre a diversidade regional da terra. Ele procura compreender como os homens a vivem e lhe dão um sentido. O papel da comunicação na transmissão dos saberes e a modelagem das atitudes é admitido por todos. Sabemos o quanto o pensamento simbólico permite reduzir ou alongar as distâncias reais.

7 - NOVOS RUMOS DE PESQUISA _____

A - *PISTAS MÚLTIPLAS*

A diversidade cultural do Brasil é grande: isto se deve à multiplicidade das tribos indígenas, à manutenção pelos imigrantes de verdadeiros isolamentos – populações de origem portuguesa do Nordeste interior, pescadores açorianos da ilha de Santa Catarina, quilombos de negros refugiados em espaços inacessíveis, colônias européias do Sul – cuja integração só se confirmou a partir do Estado do Novo,

minorias das cidades; isto se deve também à diversidade das técnicas e dos modos de exploração implantadas no tempo em que as comunicações eram difíceis; isto resulta, finalmente, das mudanças de mentalidade provocadas pelo choque das novas técnicas. Uma parte dessa diversidade encontra-se ameaçada: a modernização, que prolonga a globalização, repousa na utilização de técnicas científicas estandardizadas, que tornam obsoletos os *savoir-faire* tradicionais. A televisão é onipresente e faz com que os hábitos locais sejam esquecidos. O português é utilizado pela imensa maioria da população, qualquer que seja sua origem étnica. Inúmeras tribos indígenas não falam mais sua língua tradicional, ou a dominam mal, misturando-a ao português.

Portanto, os geógrafos brasileiros que se interessam pela abordagem cultural têm diante de si um imenso terreno para trabalhar. Os caminhos que seguem são múltiplos. A cultura material atrai aqueles que buscam fazer reviver os modos de vida do passado, seus instrumentos e seus *savoir-faire*, ou as formas de habitat às quais estavam ligados. Não é mais hora de hesitar em explorar as representações, as imagens, os modelos: as investigações sobre preferências, sonhos, aspirações são numerosas, mas elas não constituem a única maneira de abordar essa área. Os testemunhos literários são cada vez mais analisados sistematicamente, como aqueles testemunhos fornecidos por gravuras ou pinturas antigas, fotografias do final do último século ou início de nosso século e filmes. Através das mensagens publicitárias vinculadas à promoção imobiliária, é possível descobrir o imaginário das atuais populações urbanizadas, sua preocupação com a natureza, mas uma natureza asséptica, que aparece no pano de

fundo do ambiente densamente urbanizado e protegido onde vivemos.

As paisagens foram durante muito tempo analisadas a partir de perspectivas funcionalistas (as formas visíveis refletem as utilizações reais do espaço) ou arqueológicas (na medida em que determinadas estruturas perduram, mesmo que tenham desaparecido as condições sociais e econômicas nas quais elas nasceram). A abordagem cultural enriqueceu os ângulos de análise. A paisagem, aquela que observamos no terreno ou aquela que é reproduzida pelo desenho, pela pintura ou pela fotografia, é objeto cultural em dois sentidos: 1 - sua morfologia não revela apenas as condições econômicas que prevaleciam no momento em que ela foi modelada; ela é marcada pelos hábitos culturais dos grupos que aparecem nas igrejas, nas capelas, nos cemitérios, no estilo das construções, na forma dos muros, em todos os detalhes cuja especificidade reflete as técnicas que estes grupos dominavam e as crenças que compartilhavam; 2 - aqueles que a vêem não ficam indiferentes a sua beleza, a sua harmonia ou a seu caráter sublime e às vezes um pouco ameaçador; esses elementos muitas vezes ajudam a estabelecer bases concretas aos sentimentos de identidade, e tornam-se marcadores de territorialidade.

Das imagens e das representações passamos facilmente aos sistemas de pensamento, às crenças, às ideologias e à religião. O vigor das formas populares da fé e a multiplicação das seitas explicam o lugar que se abriu para a pesquisa sobre os problemas religiosos (Rosendahl, 1997). Lucraríamos, sem dúvida, expandindo a pesquisa às outras formas de crença, por exemplo, às ideologias que levaram à modernização ou àquelas que nascem, no cenário do desencantamento pós-moderno, da nova preo-

cupação com a natureza, com a não-violência e com o respeito aos direitos do homem. Estes estudos desvelam a topologia de outros lugares, nas quais os brasileiros acreditaram ou nas quais acreditam ainda: não se compreende, sem isto, as orientações que eles dão a sua ação e às categorias que empregam para discernir o bem do mal. As mitologias políticas regionais já são objeto de análises muito elaboradas (Elias de Castro, 1992; 1997, Haesbert, 1997).

O Brasil é um país de culturas populares fortes: comprova-se isto pela riqueza de suas tradições musicais vindas de Portugal ou da África, mais tarde inspiradas pela Europa e depois pelos Estados Unidos, pelo papel da dança e por todas as formas de que se reveste a festa em um mundo onde a cordialidade é universal e onde todas as ocasiões são boas para se comunicar alegremente.

O inventário das dimensões culturais da geografia brasileira é tão rico que sem dúvida exigiria mais tempo. Para evitar que nos percamos no acessório, algumas reflexões podem contribuir.

B - AS CULTURAS DE ONTEM E OS PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO E DE PATRIMÔNIO

Boa parte da diversidade cultural do Brasil pertence ao passado: é o caso das tradições étnicas, dos gêneros de vida adaptados a ambientes específicos, das formas da cultura popular. As populações acabam por se fundir no *melting pot* brasileiro e perdem sua especificidade; as técnicas modernas não refletem mais as condições locais, como as de antigamente; as novas formas de comunicação, especialmente a televisão, pouco a pouco determinam hábitos, atitudes e *savoir-faire* que se transmitem de geração a geração nos ambientes modestos onde a escolarização foi pouca ou inexistente.

É urgente o inventário dessas formas ameaçadas da cultura. Uma boa parte dos seus traços mais originais já está esquecida. É urgente evitar que tudo se perca. A tarefa, no entanto, é tão gigantesca que toda uma geração de geógrafos não seria suficiente. É preciso, portanto, resignar-se a fazer escolhas. Os estudos não devem ser desenvolvidos ao acaso, mas ser guiados por uma reflexão.

Os aspectos da cultura que estão a ponto de desaparecer não têm todos o mesmo valor. Será útil conhecer todas as variantes locais de uma ferramenta tradicional, de uma canção, de uma lenda? Não. O importante é considerar elementos suficientes para se compreender como se organizaram as distribuições tradicionais: para tanto, são suficientes investigações localizadas abordando tal ou tal aspecto da cultura. É assim que trabalham os autores de atlas lingüísticos. Seria impossível cartografar a repartição de todas as palavras de uma língua. Então, eles concentram seus esforços em termos escolhidos. Eles os priorizam porque são mais suscetíveis de mudar que outros (o vocabulário técnico), ou porque têm um valor lingüístico particular (formas verbais, tipos de plural, por exemplo, na área das línguas romanas européias). Sem uma sistematização das investigações os trabalhos revelariam disparidades e nenhuma interpretação global seria possível. Para guardar a memória do máximo de elementos labiais de culturas passadas é preciso, portanto, desenvolver procedimentos sistemáticos de investigação e estratégias de conservação.

Tudo aquilo cuja memória é preservada não tem o mesmo significado para a geração presente e para as gerações futuras. O valor do passado está ligado em definitivo ao sentido que lhe é dado pelas pessoas de hoje. É a isto que corresponde a idéia de patrimônio:

certos elementos das culturas de ontem merecem ser conservados mais que outros, pois dão um sentido à vida de nossa sociedade. A reflexão sobre a conservação deve, portanto, levar a uma definição daquilo que constitui o patrimônio significativo das populações de hoje. Os hábitos e as preferências mudam com o tempo. O papel daqueles que conservam os vestígios do passado não deve se limitar a preservar os elementos hoje significativos. É preciso também deixar possibilidades de reflexão e de escolha às gerações futuras: as ações de conservação não podem se limitar à salvação daquilo que hoje está integrado ao patrimônio – mesmo se isto as justifica em parte.

C - O CORPO E OS SENTIDOS

A geografia brasileira privilegiou durante muito tempo as escalas médias da região ou da grande aglomeração. Ela também se interessava pelo país em sua globalidade. Ela não se voltava para a cidade, o bairro ou a casa, e menos ainda para seus habitantes. Uma das contribuições da abordagem cultural moderna é lembrar que é dos homens que toda geografia deve partir. Ela deve apreendê-los em sua diversidade e nos diferentes momentos de sua vida, preocupar-se com as mulheres tanto quanto com os homens, observar as crianças para compreender como são construídas as bagagens de conhecimentos, *savoir-faire*, atitudes e princípios de que se serviram em seguida, mesmo se não cessarem de enriquecê-las e de reestruturá-las.

O tema é tanto mais complexo quanto a população brasileira é diversa por suas origens e por suas condições de vida. O que há de comum entre a experiência dos jovens das favelas e a dos privilegiados cujos pais possuem suntuosos apartamentos em condomínios de luxo? Os jogos de praia, o gosto

pela dança, a paixão pelo futebol, sem dúvida; mas isto seria suficiente para cimentar uma sociedade?

A urbanização e a queda rápida da fecundidade levaram as mulheres a mudanças ainda mais rápidas que as experimentadas pelos homens. Não pára de crescer a quantidade daquelas que exercem uma atividade profissional, mesmo se a imagem da dona de casa continua a ser veiculada pelas telenovelas.

Os costumes mudam. A família perdeu sua estabilidade, como é comprovado pela frequência dos divórcios. As atitudes com relação aos homossexuais e transexuais tornaram-se mais tolerantes. A trama fundamental da existência mudou mais durante uma geração do que desde os inícios da colonização. Eis aí um domínio imenso: os geógrafos brasileiros compreenderam sua importância, mas estão longe de ter explorado todos os aspectos.

As atitudes com relação ao corpo, as concepções que se tem de bons regimes alimentares, a necessidade que se tem de higiene, o lugar reservado ao esporte mudaram consideravelmente no decurso dos últimos cinquenta anos. O tempo consagrado aos cuidados com a forma física aumentou. Criaram-se lugares onde isto seja melhor alcançado. O aumento do lazer é correlato a essa evolução.

É através dos seus sentidos que as pessoas apreendem e vivem o mundo. A cultura brasileira preocupa-se muito com o quadro visual em que se desenrola a vida das pessoas? Ela é sensível às ambiências musicais e aos odores? Como se faz a educação do gosto? Estas são questões que precisariam ser francamente abordadas.

D - AS CULTURAS E OS MODOS DE COMUNICAÇÃO MODERNOS

Os trabalhos de geografia cultural muitas vezes são censurados por seu caráter passadista. Hoje esta

área de pesquisa deveria servir sobretudo para esclarecer os problemas do mundo atual. A cena cultural brasileira nunca esteve isolada do contexto internacional: o país alimentou-se de *savoir-faire* e de tradições que chegaram com os migrantes que o povoaram, que foram trazidas por viajantes brasileiros ou que foram difundidas no país pelos livros, revistas, jornais e cinema. Os efeitos de contágio e de difusão aumentaram à medida que cresceu a mobilidade das populações (as viagens ao exterior são hoje acessíveis às classes médias) e com a eficiência dos novos meios de comunicação de massa. Vivemos em um mundo onde a atualidade se tornou universal: são as mesmas imagens, referentes aos mesmos acontecimentos, que os jornais televisivos difundem simultaneamente por todo o mundo.

As conseqüências dessas mudanças são numerosas. As culturas populares do mundo tradicional cedem lugar a culturas de massa, nas quais o papel da televisão é fundamental. De um tipo de configuração a outra, as diferenças são importantes: as culturas populares mudavam de um ponto para outro na medida em que se apoiavam na transmissão direta pela palavra e pelo gesto; essa transmissão dizia respeito, ao mesmo tempo, ao *savoir-faire* e às mudanças da produção, aos hábitos de consumo e às formas de sociabilidade. As culturas de massa tendem a ser uniformes nos grandes espaços, pois elas dependem muito dos programas de televisão. Elas não dizem respeito às técnicas produtivas, que no mundo atual estão baseadas em conhecimentos muito abstratos para serem facilmente explicados em programas sempre concebidos para atingir uma grande audiência. As emissões difundem sobretudo os hábitos de consumo. Elas não fornecem regras que definem os comportamentos a serem ado-

tados em tal ou tal circunstância, mas propõem ficções que servem de modelos e que, por precisarem ser dramáticas para interessarem ao espectador, dão prioridade às situações de tensão, aos conflitos e à violência.

Nas cidades brasileiras, como nas cidades de outros países do mundo moderno, o comportamento dos jovens de classes desfavorecidas tem menos a ver hoje com o exemplo de seus pais e dos seus vizinhos, pelos quais no passado transitavam as culturas populares. Os adolescentes inspiram-se mais nos espetáculos que assistem na telinha. A escola não tem mais o mesmo impacto que antes, porque não é mais a única fonte de mensagens modernas e universais.

As culturas de elite de outrora são igualmente vítimas da evolução contemporânea. A parte destinada à Antigüidade clássica e à filosofia era importante nos colégios: a educação centrava-se nos valores dominantes da sociedade e na aprendizagem de responsabilidades administrativas ou políticas. Na universidade, o Direito era o caminho real. Hoje as classes dirigentes não são formadas, como as de ontem, para exercer um magistério moral. Elas não têm autoridade senão na estreita área onde suas competências profissionais e seus conhecimentos técnicos lhes assegura um domínio reconhecido. Antigamente a cultura de elite era partilhada por todos aqueles que exerciam responsabilidades. As culturas técnicas que a substituíram são diversas e não preparam diretamente para o exercício de um poder político.

Há muito a fazer para precisar os caracteres das culturas de massa e das culturas técnicas no Brasil de hoje e a maneira como elas evoluem. A multiplicação das redes de televisão diversifica as referências

as dos espectadores. O desenvolvimento da internet acentua a globalização das culturas letradas, e muitas vezes transforma os detentores de saberes especializados em transmissores das redes internacionais, que cada vez mais pesam nas relações entre países e nas políticas nacionais. Como está o Brasil nesta área?

Um pouco por todo o mundo, as telas são invadidas pelos programas produzidos nos Estados Unidos. Isto resulta do poder da indústria americana neste domínio, mas também de uma opção precoce – sensível desde a metade do século XIX – por formas democráticas da cultura, melhor adaptadas aos novos modos de difusão do que as culturas aristocráticas ou burguesas da velha Europa.

O Brasil é o único país ocidental onde a produção nacional é suficientemente rica para evitar esta invasão. A telenovela brasileira tornou-se um produto de exportação. Existe nessa área uma especificidade de fontes da cultura de massa brasileira que merece ser estudada.

E - CULTURAS E GLOBALIZAÇÃO

A globalização não se traduz simplesmente pela substituição das culturas populares ou de elite de há pouco pelas culturas de massa ou letradas (Santos, 1996; Santos *et al.*, 1994). Ela é marcada por uma urbanização generalizada, onde a parte das cidades gigantescas é preponderante.

A distância exagerada entre as remunerações, o elevado número de excluídos que não acham onde se alojar senão de maneira precária nas favelas, a escalada da insegurança, multiplicaram as clivagens no seio das populações urbanas: nunca foi tão grande a distância entre as crianças superprotegidas, que vão de um condomínio bem guardado a uma escola

de matrículas selecionadas e a um clube que lhes assegura um ambiente para passarem a tarde, e as crianças pobres soltas na rua. Em que medida a fragmentação do espaço brasileiro e o desaparecimento do espaço público como lugar de encontro universal pesam sobre a transmissão e a reinterpretação dos valores?

Face à mundialização, os grupos sentem-se ameaçados. A modernização conduz a um nível de vida mais elevado e a consumos mais variados. Os valores que a motivaram perderam hoje seu brilho. A uniformização dos hábitos faz com que desapareçam as referências materiais ou paisagísticas às quais as identidades de bom grado se apegavam. Espalha-se um sentimento difuso de inquietude. As pessoas têm necessidade de encontrar novas razões para viver. Isto certamente explica o gosto pela introspecção e a busca de novos credos. A sociedade brasileira foi marcada, antes que outras sociedades ocidentais, pela coexistência de sistemas ideológicos e religiosos concorrentes e quase que equivalentes em seu papel. A dominância católica, no entanto, persistia. A evolução contemporânea coloca em causa esta situação. Falar da geografia cultural do Brasil de hoje é insistir nessas novas clivagens, medir seu impacto e avaliar a sua significação geográfica.

Os brasileiros não estavam indiferentes à beleza da natureza tropical na qual viviam – são inúmeros os testemunhos que comprovam isto – mas não mostraram nenhum respeito pelos equilíbrios naturais. Muitos elementos concorreram para isto: a dominância católica, na medida em que ela fazia aparecer como normal a exploração humana da natureza; a participação precoce nos circuitos da economia internacional, que obrigava a raciocinar em

termos de custos e levava a negligenciar os investimentos indispensáveis para a manutenção das capacidades produtivas; a imensidão do país, que fazia com que se acreditasse que haviam reservas naturais indefinidas, a serem utilizadas de maneira regrada.

Uma mudança brutal ocorreu nos últimos vinte anos, uma das mais espetaculares que o mundo ocidental conheceu. Muitos produtores permanecem fiéis às atitudes de ontem e continuam a explorar sem escrúpulo as terras e as riquezas minerais. No entanto, cresce muito rapidamente a proporção daqueles que descobrem que os atentados ao meio ambiente são insuportáveis. Isto em geral ocorre simultaneamente com uma sensibilidade mais aguda para com as desigualdades econômicas e as injustiças sociais.

A abordagem cultural da realidade brasileira deve atacar de frente esses problemas, se quiser responder ao que se espera da geografia hoje: em um mundo onde o sentido que se dava até há pouco à existência foi desbaratado, ela deve ensinar novamente às pessoas a encontrarem nos territórios onde se inscrevem suas vidas o significado que lhes falta.

NOTAS

- * Conferência proferida por ocasião do 1º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, realizado na UERJ entre 21 e 23 de outubro de 1998. Tradução do francês por Márcio Trigueiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- _____. A apropriação do território no Brasil colonial. In: ELIAS DE CASTRO, Ina; COSTA GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (ed.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977, p. 197-245.
- BECKER, Bertha. CHRISTOFOLETTI, Antônio; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P. (ed.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

- BORZACCHIELLO DA SILVA, José; LUSTOSA DA COSTA, Maria Clélia; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (ed.). *A Cidade e o Urbano*. Fortaleza: UFC, 1997.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*; utilizé dans la 26e ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1958.
- SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; DE SOUZA, Maria Adélia A.; ARROYO, Mônica (ed.). *Globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- DENIS, Pierre. *L'Amérique du Sud*. Paris: A. Colin, v. 1, 1927.
- DIAS, Leila C. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- _____. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: ELIAS DE CASTRO, Ina; COSTA GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (ed.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 114-144.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. *Geografia de Agricultura*. São Paulo: Difel, 1984.
- ELIAS DE CASTRO, Ina. *O Mito da necessidade*. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- _____. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: ELIAS DE CASTRO, Ina; COSTA GOMES, Paulo César da; LOBATO CORRÊA, Roberto (ed.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 155-196.
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *Movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson; VOGEL, Arno; DA SILVA MELLO, Marco Antônio; MOLLICA, Orlando. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, 3º ed., 1985.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- _____. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- _____. *O luso e o tropico*. Lisbonne: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- GOUROU, Pierre. *Les pays tropicaux*. Paris: PUF, 1947.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade*. A rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- JAMES, Preston. *Latin América*. New York: Odyssey Press, 1942.
- JAMES, Preston; FAISSOL, Speridião. The problems of Brazil's Capital City. *Geographical Review*, v. 46, p. 301-317, 1956.
- LE LANNOU, Maurice. *Le Brésil*. Paris: A. Colin, 1955.
- LOPES DE SOUZA, Marcelo. As drogas e a 'questão urbana' no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: ELIAS DE CASTRO, Ina; COSTA GOMES, Paulo César da; LOBATO CORRÊA, Roberto (ed.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 419-468.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: ELIAS DE CASTRO, Ina; COSTA GOMES, Paulo César da; LOBATO CORRÊA, Ro-

- berto (ed.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 309-353.
- MONBEIG, Pierre. Evolution des genres de vie traditionnels dans le sud-est du Brésil. *Annales de géographie*, v. 58, p. 35-43, 1949.
- _____. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: A. Colin, 1952.
- _____. *Le Brésil*. Coll. "Que sais-je?". Paris: PUF, 1980.
- PAPY, Louis. *Em marge de l'empire du café*. La façade atlantique de São Paulo. *Cahiers d'Outremer*, p. 357-398.
- PÉBAYLE, Raymod. *Les Brésiliens pionniers et bâtisseurs*. Paris: Flammarion, 1989.
- ROSENDAHL, Zeny. O Sagrado e o Espaço. In: ELIAS DE CASTRO, Ina; COSTA GOMES, Paulo César da; LOBATO CORRÊA, Roberto (ed.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 119-153.
- SANTOS, Milton. *Les Villes du Tiers Monde*. Paris: M. – Th. Genin, 1971.
- _____. *L'Espace partagé*. Paris: M.-Th. Genin et Litec, 1975.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton; DE SOUZA, Maria Adélia A.; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (ed.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, Maria Adélia. *A Identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- THÉRY, Hervé. *Le Brésil*. Paris: Masson, 1985.
- WAIBEL, Leo. European colonization in Southern Brazil. *Geographical Review*, v. 40, p. 529-547, 1950.

ABSTRACT

PAUL CLAVAL'S ARTICLE IS CONCERNED TO THE POSSIBILITIES OF DEVELOPING OF CULTURAL GEOGRAPHY IN BRAZIL. THE STUDIES DONE BETWEEN 1930'S, WHEN GEOGRAPHY WAS INSTITUTIONALIZED IN BRAZIL, AND LATE 1980'S, HAVE NEGLECTED, IN GENERAL, THE CULTURAL DIMENSION OF SPACE. THE LAST TEN YEARS, HOWEVER, HAVE SEEN THE BIRTH OF A GROWING INTEREST TOWARD CULTURAL GEOGRAPHY.

BRAZILIAN CULTURAL HETEROGENEITY IS AN INVITATION TO CULTURAL GEOGRAPHERS. PAUL CLAVAL SUGGESTS SOME THEMES TO BRAZILIAN GEOGRAPHERS: A – PAST CULTURES AND PROBLEMS OF PATRIMONIAL CONSERVATION; B – BODY AND SENSES AS GEOGRAPHICAL ELEMENTS; C – CULTURES AND THE RELATIONSHIPS TO MODERN COMMUNICATIONS, AND D – CULTURES AND GLOBALIZATION.

KEYWORDS: GEOGRAPHY, CULTURE GEOGRAPHY, CULTURE.